

Segundo turno não ameaça ganhos fiscais

BRASÍLIA — Com exceção das emendas apresentadas por iniciativa do Governo, as demais propostas oferecidas ao segundo turno de votação da Constituinte pouco alteram as novas normas de arrecadação e distribuição de recursos pela União. Em contrapartida, a concessão da anistia fiscal deverá ser bombardeada, tal o número de emendas supressivas, enquanto que o perdão para os débitos contraídos na vigência do Plano Cruzado mereceu intervenções tímidas por parte dos constituintes.

Técnicos da área econômica realizaram diversos estudos que apontam considerável prejuízo para a União com o aumento dos percentuais de recursos transferidos a Estados e municípios, sem mexer no atual sistema de competências e atribuições. Além disso, mesmo que o repasse não seja muito significativo — como apontam dados da própria Receita Federal — implica na perda de poder político para o Executivo.

As novas metas tributárias têm por objetivo promover uma melhor

distribuição regional da receita arrecadada pelas diversas instâncias administrativas. E se grande parte da bancada nordestina saiu satisfeita do primeiro turno de votação alguns parlamentares da região parecem considerar excessivos os novos critérios. É o caso do Deputado Antonio Gaspar (PMDB-MA), que está propondo a supressão do dispositivo que prevê o repasse, para a região, de três por cento do produto arrecado do Imposto Sobre Rendas e Produtos Industrializados em programas de financiamentos naquela área.

Antônio Gaspar apresenta outra emenda ao mesmo dispositivo que, no caso de não ser suprimido, retire do texto todo o trecho que garante que metade dos recursos do novo imposto serão destinados ao semi-árido do Nordeste. E o Senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO) pretende eliminar do texto o inciso que prevê o repasse, pela União, de dez por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados aos Estados e ao Distrito Fede-

ral, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações destes produtos.

A anistia fiscal deverá polemizar. É um dos dispositivos que mais emendas supressivas recebeu. A Deputada Moema São Thiago (PSDB-CE) chega a afirmar em sua justificativa que o procedimento é "um verdadeiro Panamá" tributário. O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) deseja suprimir o dispositivo que afirma que o Sistema Único de Saúde será financiado com recursos da Seguridade Social.

Pelo texto aprovado no primeiro turno, são as seguintes as transferências de recursos pela União:

1 — Aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; mais 20 por cento do produto da arrecadação de impostos não prevista (aqueles que não sejam cumulativos e não

tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados no resto do texto constitucional). Aos municípios caberão os seguintes recursos: o produto da arrecadação do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

2 — 50 por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

3 — 50 por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.

4 — 25 por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicações.

Poder político dos Estados e Municípios será mantido

Os poderes e atribuições conferidos aos Estados e Municípios no primeiro turno de votação da Constituinte estão, na sua maioria, consagrados. As emendas supressivas apresentadas não alteram a redistribuição tributária, que amplia o espaço de ação dos governadores e prefeitos, e mantém quase integralmente o que o plenário definiu quanto à Organização do Estado.

A proposta supressiva que mais chama atenção em relação à Organização política e Administrativa foi apresentada pelo Deputado Raul Ferraz (PMDB-BA). Defensor de uma forma unitária de Estado, Ferraz quer retirar do texto o trecho que proíbe a tramitação

de emendas constitucionais que venham a abolir o sistema federativo.

Algumas emendas tratam especificamente de poderes conferidos aos Estados, como a polêmica tributação suplementar de até 5% sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital. Para suprimi-la, foram apresentadas sete emendas idênticas.

Alguns constituintes estão preocupados em ampliar os poderes dos Legislativos dos Estados e Municípios. É o caso do Deputado Alvaro Valle (PL-RJ), que pretende modificar o quorum de dois terços exigido para que as Câmaras Municipais aprovelem suas Leis Orgânicas.

Ulysses compara o PMDB ao mandacaru do Nordeste

SÃO PAULO — O PMDB foi comparado ontem ao mandacaru, um grande cacto do Nordeste, pelo seu Presidente, Deputado Ulysses Guimarães. A comparação foi feita para rebater afirmações de enfraquecimento do partido, durante a posse de quatro novos Secretários do Governo Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes, que se transformou em lançamento da candidatura do ex-Secretário de Obras João Oswaldo Leiva à Prefeitura de São Paulo.

— Devo dizer que o PMDB é como o mandacaru. Quanto maior a seca, quanto maior o sofrimento, mais ele cresce e floresce — afirmou.

A cerimônia foi mais uma demonstração de força do PMDB e de Quércia, com o comparecimento de quase 1.500 pessoas. Nos discursos, destacou para a força e a união do PMDB. Ulysses não escondeu sua satisfação com a presença maciça dos peemedebistas e encerrou seu discurso dando vivas ao partido.

Ulysses assinalou que não concorda com os que dizem que o PMDB está em decadência. Ao final da posse, afirmou que não quer tornar o mandacaru o símbolo peemedebista, em contraposição ao tucano do PSDB.

— O tucano já me foi oferecido e eu não quis. Acho que o melhor símbolo é a legenda mesmo.

Ulysses deu seu apoio público ao engenheiro João Oswaldo Leiva, destacando que dará especial atenção às eleições em São Paulo. Disse que



Ulysses Guimarães com o Vice-Governador de São Paulo, Almino Afonso

pretende desenvolver uma programação intensa em todo o Estado de São Paulo, coordenando a ida de lideranças nacionais a diversas regiões paulistas.

Além de Leiva, substituído na Secretaria de Obras pelo Presidente da Sabesp, Gastão Bierrembach, Quércia empossou os Deputados Jorge

Tadeu Mudalen na Secretaria de Abastecimento; e Luis Carlos Santos na Secretaria dos Negócios Metropolitanos. O Coordenador da bancada paulista do PMDB na Constituinte, Deputado Roberto Rollemberg, assumiu a Secretaria de Governo, em substituição a Antônio Carlos Mesquita, nomeado Conselheiro do TC do Estado.



O mandacaru, cacto nordestino

Espinho mantém tucano afastado

O mandacaru é uma vegetação típica do Nordeste e que, conforme alguns peemedebistas se apressaram em destacar, não serve "para bico de tucanos". Segundo Aurélio Buarque de Hollanda, o mandacaru é um grande cacto, de porte arbóreo, tronco grosso e ramificado, que pode fornecer madeira. Característico da caatinga, ele serve de alimento ao gado na seca. Como destacou Ulysses Guimarães, quanto mais forte a seca mais ele cresce e floresce. Dá flores enormes, alvas, que se abrem à noite, com ramos de quatro a cinco ângulos. Também produz frutos: bagas espinhosas.

O Planalto aposta, no entanto, no êxito de Ulysses junto aos Governadores do PMDB, para evitar a disputa entre "históricos" e "moderados" na Convenção Nacional, deixando isolado o Governador da Bahia, Waldir Pires. Na avaliação de Sarney, o PMDB manterá a unidade, com predominância das posições da corrente "moderada" e Ulysses no comando do partido.

— Ele é o interlocutor confiável e é indispensável que tenha êxito nessa missão de pacificação, pois são remotíssimas as chances de reeleição para a Presidência da Câmara — disse um Ministro.

O Governo tem acompanhado atentamente os movimentos de Waldir Pires, que sustenta a tese da disputa na Convenção. Segundo dados do Planalto, o Governador da Bahia mantém esta posição apenas para ter o pretexto de deixar o PMDB após as

Sarney define suas duas prioridades para após a Constituinte

BRASÍLIA — Das prioridades políticas que elegeu para investir após a Constituinte, o Presidente José Sarney mantém apenas duas: contribuir para a vitória dos "moderados" na Convenção Nacional do PMDB e influir decisivamente nas eleições municipais. As outras duas metas — a reeleição de Ulysses Guimarães para a Presidência da Câmara e a pacificação do PFL — o Presidente considera perdidas, segundo uma fonte do Planalto. Sarney, contudo, determinará o rumo da sucessão de Ulysses.

O Presidente está convencido de que a Constituinte manterá, no segundo turno, a decisão de não contemplar a reeleição de Ulysses para a Presidência da Câmara. Quanto ao PFL, o Governo considera esgotadas todas as tentativas de demover o seu Presidente, Marco Maciel, da determinação de formalizar a dissidência no partido, porque identifica propósitos eleitorais e regionais no comportamento do Senador.

O Planalto aposta, no entanto, no êxito de Ulysses junto aos Governadores do PMDB, para evitar a disputa entre "históricos" e "moderados" na Convenção Nacional, deixando isolado o Governador da Bahia, Waldir Pires. Na avaliação de Sarney, o PMDB manterá a unidade, com predominância das posições da corrente "moderada" e Ulysses no comando do partido.

— Ele é o interlocutor confiável e é indispensável que tenha êxito nessa missão de pacificação, pois são remotíssimas as chances de reeleição para a Presidência da Câmara — disse um Ministro.

O Governo tem acompanhado atentamente os movimentos de Waldir Pires, que sustenta a tese da disputa na Convenção. Segundo dados do Planalto, o Governador da Bahia mantém esta posição apenas para ter o pretexto de deixar o PMDB após as

eleições de novembro. Esta constatação, segundo um interlocutor do Presidente, é tranquilizadora, pois assegura uma relação amistosa entre o PMDB e o Planalto.

Sarney pretende examinar o apoio do Planalto a uma candidatura à sucessão de Ulysses na Câmara, mas encontra dificuldades em traçar o perfil de um deputado que tenha competência eleitoral e capacidade de negociação. As candidaturas declaradas até agora não atendem às conveniências do Governo, que já exclui a possibilidade de apoiar os Deputados Paes de Andrade (PMDB-CE) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). O primeiro, por ter votado no mandato de quatro anos; o segundo, pelo seu temperamento açoitado, incompatível com um cargo que exige extrema sensibilidade política em um Governo de transição.

Segundo outro Ministro de Estado, o Presidente Sarney precisa assegurar a estabilidade nas suas relações com o Legislativo e busca, por isso, um nome que dê continuidade ao diálogo que vem mantendo com Ulysses.

As eleições municipais concentram as atenções do Governo porque a participação de virtuais candidatos à sucessão de Sarney nos programas eleitorais transmitidos pela televisão se transformará em prévia do pleito presidencial, podendo determinar o cacife de candidatos como o ex-Governador Leonel Brizola, o Senador Mário Covas (PSDB-SP), o Governador Orestes Quércia ou o Prefeito Jânio Quadros.

De acordo com a mesma fonte, Sarney lamentou a determinação de Marco Maciel de liderar uma dissidência cujo discurso básico é de oposição ao Governo. O Senador foi definido como radical e o Governo acredita que ele está empenhado em estabelecer o confronto interno no PFL.

Lyra assina ficha no PDT em Recife

RECIFE — O Deputado Fernando Lyra filiou-se ontem ao PDT, em solenidade que contou com a presença do ex-Governador Leonel Brizola. Lyra ainda não conseguiu solucionar as divergências políticas em sua terra natal, Caruaru, onde seu irmão, João Lyra Neto, é candidato à Prefeitura pelo PMDB. Brizola disse que na sucessão presidencial nenhum outro candidato estará à sua esquerda.